



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Abel, Sarah

A GENÉTICA A SERVIÇO DA SOCIEDADE. NELSON, Alondra. *The Social Life of DNA: Race, Reparations, and Reconciliation after the Genome*. Boston, MA: Beacon Press, 2016. 200p.

Afro-Ásia, núm. 53, 2016, pp. 329-333

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77051153013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A GENÉTICA A SERVIÇO DA SOCIEDADE

NELSON, Alondra. *The Social Life of DNA: Race, Reparations, and Reconciliation after the Genome*. Boston, MA: Beacon Press, 2016. 200p.

Durante as últimas duas décadas, as tecnologias genéticas foram gradualmente integradas a várias áreas da nossa vida quotidiana. Hoje em dia, os testes de paternidade são parte obrigatória de programas de auditório, e o uso das análises genéticas nas ciências forenses mudou de forma definitiva as investigações penais em muitos países. Há trinta anos, alguns estudiosos da evolução humana usaram dados genéticos para pôr fim a debates sobre a origem das “raças humanas”, que ocupara círculos científicos do mundo ocidental durante séculos, com a confirmação de que todos os seres humanos originaram-se na África há mais de 100.000 anos. Nos últimos anos, os avanços tecnológicos e metodológicos que renderam este resultado deram lugar a um novo fenômeno comercial em algumas sociedades: a venda de testes de DNA personalizados que, dependendo da publicidade dos seus fornecedores, pretendem informar seus clientes sobre suas origens geográficas ou étnicas, ou revelar marcadores ge-

néticos vinculando-os com parentes perdidos há muito tempo.

São estes novos usos sociais do DNA que constituem o foco do último livro da socióloga americana Alondra Nelson, aqui resenhado. Tal como no seu primeiro livro, *Body and Soul* (2011), neste Nelson examina experiências das comunidades afro-americanas nos Estados Unidos. Concretamente, a autora procura expor como certos afrodescendentes usam técnicas de genética molecular para iluminar os legados da escravidão no seu país, e para apoiar suas reivindicações por justiça social baseadas nessas histórias tumultuadas.

O fenômeno dos testes genéticos “de ancestralidade” se tornou famoso nos Estados Unidos após seu aparecimento em várias séries televisivas que exploraram a genealogia de celebridades. Tal como aponta Nelson, a imensa popularidade atual da pesquisa genealógica como passatempo remonta, nos Estados Unidos, à primeira edição da minissérie *Roots/Raíces*, baseada

no livro do mesmo título de Alex Haley, jornalista e autor já renomado naquele tempo por sua primeira obra, *Autobiografia de Malcolm X* (1965). Como Nelson observa no prefácio de seu livro, a experiência de seguir a saga de *Roots*, na companhia de seus pais e irmãos, durante oito dias consecutivos, em fevereiro de 1977, foi um momento profundamente marcante para ela, tal como para milhares de outras pessoas. Sobretudo, a ideia apaixonante de que um descendente de escravos pudesse descobrir seu local de origem, e inclusive ir conhecer seus familiares na África depois de várias gerações de separação forçada, deixaria uma forte impressão no imaginário coletivo afro-americano.

A partir de 2006, séries como *African American Lives* (2006) e *Oprah's Roots* (2007), apresentadas pelo carismático diretor do Hutchins Center da Universidade de Harvard, Henry Louis Gates Jr., retomaram o formato genealógico popularizado por Haley, apresentando o teste genético como maneira de preencher a lacuna que existe em muitas histórias familiares de afrodescendentes: a questão das identidades e origens dos antepassados trazidos da África para as colônias americanas como escravos. O teste de DNA personalizado constituiria, neste caso, uma forma de “completar” a linhagem dos afro-americanos, resgatando de forma científica um vínculo biológico “autêntico” com um país ou grupo étnico africano contemporâneo.

Desde o início, estes produtos

genéticos, comercializados na sua maior parte por uma empresa chamada African Ancestry, fundada em Washington, DC, em 2003, atraíram críticas virulentas de alguns círculos acadêmicos. Certos geneticistas manifestaram preocupações relativas à confiabilidade científica das análises, enquanto vários antropólogos e sociólogos se mostraram alarmados com as tentativas da empresa de encorajar seus clientes a basearem sua noção de identidade étnica em marcadores genéticos — atitude que, segundo alguns críticos, poderia contribuir para o resurgimento de teorias reducionistas sobre o conceito de “raça.” Por outro lado, embora a cobertura da mídia popular fosse mais positiva, alguns comentaristas identificaram o lado estranho ou absurdo destas “experiências genéticas”: por exemplo, Oprah Winfrey, que afirmou ter ascendência zulu perante alguns repórteres sul-africanos, e posteriormente foi “corrigida” por Gates, quando este anunciou que, segundo seus resultados genéticos, Winfrey seria de fato originária do povo kpelle da atual Libéria.

No seu elegante trabalho, porém, Nelson evita debates sobre a precisão técnica e as limitações metodológicas destas tecnologias. Ao invés, ela retrata com sensibilidade os significados simbólicos, sociais e políticos que se têm construído, às vezes intencionalmente, às vezes de forma espontânea, ao redor dos dados genéticos, e procura iluminar como a experiência da Oprah Winfrey, entre outros, pode se relacionar com mo-

vimentos ideológicos e políticos em muito maior escala.

Para sua abordagem analítica, Nelson retoma a proposta de Arjun Appadurai, na obra *The Social Life of Things* (1988): seguir a trajetória das “coisas” no espaço e no tempo, com o fim de entender os regimes de valor nos quais elas circulam.¹ Em *The Social Life of DNA*, este método permite à autora iluminar como uma mesma tecnologia tem sido utilizada, de forma multifária, em diversos campos políticos, comerciais e legais. Num primeiro instante, Nelson rastreia as origens dos testes de DNA “de ancestralidade” à sua utilização na Argentina, a partir de 1987, para identificar os filhos de opositores ao regime militar que, após o “desaparecimento” de seus pais, tinham sido adotados por famílias fiéis à ditadura. Depois, a autora demonstra como este projeto, desenvolvido em parte pela renomada “cientista ativista” Mary-Claire King, acabou inspirando outras iniciativas inovadoras.

Desta forma, uma série de técnicas moleculares desenvolvidas no campo da biologia evolutiva pôde ser facilmente utilizada no contexto de investigações forenses ou pesquisas arqueológicas e, com a mesma facilidade, acabar sendo embalada como produto comercial. Ao seguir essas transmutações, Nelson não

deixa de realçar os paradoxos que surgem no decurso dos diversos usos: por exemplo, uma análise comercial concebida para reconciliar os afrodescendentes com suas origens familiares poderia ser igualmente usada, num contexto jurídico e penal, para “botar mais negros atrás das grades”, nas palavras de um interlocutor de Nelson (p. 36).

Um aspecto particularmente iluminador no texto de Nelson é a narrativa que ela tece ao redor do caso do *New York African Burial Ground*, um antigo cemitério de africanos, fundado no século XVIII, que foi redescoberto por escavações para levantar prédios nos anos 1990 e virou o foco de um projeto inovador, liderado por um grupo de pesquisadores afro-americanos. Eles conceberam uma nova técnica de extração de DNA para lançar luz sobre as origens culturais e geográficas dos indivíduos enterrados no sítio. Ao discutir este projeto, Nelson retrata o início de uma nova tendência epistemológica, apoiada pelos “cientistas ativistas” envolvidos na pesquisa, que propunham explorar a pequena porcentagem de variabilidade genética que existe na escala populacional dentro da espécie humana para “restituir” as identidades étnicas a uma população à qual, por muito tempo, só foi atribuída uma designação racial (negros) na sociedade norte-americana. Como aponta Nelson, esta transição conceitual, segundo a qual o teste genético “de ancestralidade” se tornava uma ferramenta fundamentalmente antirra-

¹ Arjun Appadurai, *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 4.

cista, e inclusive uma chave para a “libertação” simbólica dos descendentes de escravos, preparou o caminho para os testes comerciais de “linhagem étnica” oferecidos pela African Ancestry.

De fato, a discussão que Nelson propõe sobre esta firma é um dos principais destaques do livro. Seu relato usufrui de mais de uma década de trabalhos de campo, incluindo inúmeras entrevistas com Rick Kittles, o fundador e diretor científico da empresa, e sua parceira de negócios, Gina Paige. Baseando-se nestes dados, a autora esclarece as diversas estratégias usadas pela empresa para converter seu produto genético de uma análise clínica a uma experiência de mudança de vida. Mediante engenhosas campanhas comerciais e parcerias com celebridades e organizações filantrópicas afro-americanas, African Ancestry logrou não somente influenciar o que fazem os “*root seekers*” (buscadores das raízes) com seus resultados genéticos personalizados, mas também fomentar o estabelecimento de vínculos turísticos e filantrópicos entre seus clientes americanos e certas comunidades africanas cujos nomes e países apareçam regularmente nos “certificados de ancestralidade” produzidos pela empresa.

Uma questão importante que preocupa cientistas sociais nestas últimas décadas é como, e em que medida, as tecnologias genéticas são capazes de mudar as concepções sociais e legais de parentesco e cidadania. Nelson aponta o papel ativo

que tem desempenhado a African Ancestry na catalisação de certas mudanças deste tipo: por exemplo, encorajando clientes a participarem de viagens turísticas a seu país “de origem” para construir e fortalecer laços com sua “comunidade ancestral”; ou convencendo governos de nações africanas a aceitar as petições de dupla cidadania feitas por clientes da empresa com base em seus laudos genéticos.

O relato de Nelson foi enriquecido pela inclusão de detalhes etnográficos baseados nas interações da autora com vários clientes dos testes genéticos da African Ancestry. Apesar de seu próprio ceticismo a respeito do “poder” do DNA para informar sobre sua ascendência e influenciar seu sentido de identidade, a autora retrata com sensibilidade os relatos de outros *root seekers* (evidentemente mais imbuídos do que ela na ideologia pan-africanista da empresa) e salienta, especialmente, as tentativas destes últimos de resolver suas narrativas de identidade com resultados de seus testes genéticos. Finalmente, suas pesquisas levaram a autora a submeter-se ela mesma a uma cerimônia orquestrada por Kittles e Paige, na qual ela recebeu seus resultados genéticos perante um público entusiasmado.

Além da atenção que ela dedica às experiências individuais dos clientes da African Ancestry, nos últimos capítulos do livro Nelson consegue mostrar novamente como a circulação dos produtos genéticos da empresa se encaixa nos mo-

vimentos para a indenização dos descendentes de escravos nos Estados Unidos. Aqui, a autora focaliza principalmente as iniciativas de ativistas afro-americanas que usaram os testes da African Ancestry para reivindicar, legalmente, sua ascendência africana, com o objetivo de exigir reparações às companhias de seguro que lucraram com os muitos anos do tráfico de escravos e do sistema escravocrata nos Estados Unidos. Na discussão dos usos dos testes genéticos como “veículo de reparação racial”, porém, Nelson omite outra consequência importante da atual proliferação dos testes de DNA comerciais na sociedade norte-americana: a descoberta de vínculos genéticos compartilhados entre famílias descendentes de escravos e de proprietários de escravos — vestígios, em muitos casos, da violência sexual infligida sobre mulheres escravizadas por homens brancos em situações de dominação.

Esta omissão pode ser atribuída à decisão da autora de abordar quase exclusivamente os usos dos testes produzidos pela African Ancestry, que, por sua vez, se interessa principalmente em criar laços transatlânticos entre comunidades afro-americanas e africanas, e não em curar as

feridas raciais que ainda existem no seio da sociedade norte-americana. Por conseguinte, a narrativa de Nelson não pode dar conta dos dramas e projetos sociais que começam a surgir ao redor da antiga “linha de cor” naquela sociedade, instigados em parte pela popularização doutros tipos de testes genéticos de ancestralidade. Sobre este ponto, cabe ressaltar que o mercado dos testes genéticos tem mudado muito rapidamente nos últimos dez ou mesmo cinco anos, e que hoje a African Ancestry é responsável por apenas uma parcela pequena dos que são vendidos nos Estados Unidos (de fato, a maioria dos compradores de testes genéticos de ancestralidade são americanos euro e não afro-descendentes!).

No entanto, Nelson consegue explorar este caso singular para construir um estudo irresistível, que convida seus leitores a refletir sobre a complexidade dos assuntos éticos que rodeiam os usos sociais, políticos e legais das tecnologias genéticas. Sobretudo, no seu relato da “vida social do DNA”, a autora consegue destacar de forma magistral até que ponto a dupla hélice já está imersa nos discursos e concepções atuais de identidade, raça e justiça social na sociedade americana.

Sarah Abel

sabel@hi.is

Universidade da Islândia, Reykjavik